

Pontes de Miranda

TRATADO DAS AÇÕES

Tomo III
Ações constitutivas

Atualizado por
Nelson Nery Junior
Georges Abboud

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora Responsável

MARISA HARMS

Diretora de Operações de Conteúdo

JULIANA MAYUMI O. ONO

Editores: Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Iviê A. M. Loureiro Gomes e Luciana Felix

Assistente Administrativo Editorial: Juliana Camilo Menezes

Produção Editorial

Coordenação

DANIEL CESAR LEAL DIAS DE CARVALHO

Analistas de Operações Editoriais: Aline Almeida da Silva, André Furtado de Oliveira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Morais, Flávia Campos Marcelino Martines, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, George Silva Melo, Maria Eduarda Silva Rocha, Maurício Zednik Cassim e Thiago César Gonçalves de Souza

Qualidade Editorial e Revisão

Coordenação

LUCIANA VAZ CAMEIRA

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier Silva, Cinthia Santos Galarza, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Daniele de Andrade Vintecinco e Maria Angélica Leite

Analistas Editoriais: Carolina Costa, Mayara Crispim Freitas e Roney Costa

Capa: Chrisley Figueiredo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

CAIO HENRIQUE ANDRADE

Analista Administrativo: Antonia Pereira

Assistente Administrativo: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Miranda, Pontes de
Tratados das ações : ações constitutivas: tomo III / Pontes de Miranda. --
1. ed atual. por Nelson Nery Junior, Georges Abboud. -- São Paulo: Editora
Revista dos Tribunais, 2016.

Bibliografia.
ISBN 978-85-203-6654-7
ISBN 978-85-203-6667-7 (obra completa)

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Nery Junior, Nelson. II. Abboud,
Georges. III. Título.

16-00445

CDU-347.9 (81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil: Processo civil 347.9(81)

TÁBUA SISTEMÁTICA DAS MATÉRIAS

PARTE I

AÇÕES CONSTITUTIVAS EM GERAL

CAPÍTULO ÚNICO

Conceito e natureza da ação constitutiva

§ 1. CONCEITO DE AÇÃO CONSTITUTIVA.....	51
1. Fixação conceptual e ciência do direito. 2. Pretensão e ação. 3. Existência da constitutividade predominante. 4. Produção da constitutividade.	
§ 2. ELEMENTOS EFICACIAIS.....	60
1. Elemento declarativo. 2. Ação condenatória e ação constitu- tiva. 3. Eficácia “ex nunc” e eficácia “ex tunc”. 4. Interêsse jurídico. 5. Ações cautelares.	
§ 3. ESPÉCIES E SUBESPÉCIES DE AÇÕES CONSTITUTIVAS POSITIVAS	64
1. Precisoões. 2. Ação incidental de falsidade em processo pe- nal. 3. Ação de vistoria de fazendas ou bagagens avariadas. 4. Ação de apreensão de embarcações.	

PARTE II

AÇÕES CONSTITUTIVAS POSITIVAS

CAPÍTULO I

Ações de filiação legítima e ilegítima

§ 4. CONCEITO E PRECISOÕES	69
1. Ações tendentes a provar; ações de turbação. 2. Impugnação. 3. Investigação da maternidade e da paternidade. 4. Eficácia da sentença.	

§ 5. EFEITOS DO RECONHECIMENTO DOS FILHOS ILEGÍTIMOS.....	74
1. Eficácia do reconhecimento forçado e do voluntário. 2. Parentesco natural.	

CAPÍTULO II

Ações de suplemento de idade e ações de suprimento de consentimento

§ 6. AÇÕES DE SUPLEMENTO DE IDADE.....	83
1. Conceito e natureza. 2. Falta de homologação. 3. Outras ações de suplemento de idade.	
§ 7. AÇÕES DE SUPRIMENTO DE CONSENTIMENTO.....	86
1. Conceito e natureza. 2. Ratificação e suprimento.	

CAPÍTULO III

Ações para nomeação de tutores e de curadores

§ 8. CONCEITO E NATUREZA.....	93
1. Pretensão constitutiva. 2. Precisões.	
§ 9. AÇÕES DE REMOÇÃO	95
1. Eficácia sentencial. 2. Casos previstos na lei. 3. Escusa.	

CAPÍTULO IV

Ação de curadoria de ausentes

§ 10. BENS DE AUSENTES	101
1. Conceito de ausência. 2. Ações relativas à ausência e sua natureza.	
§ 11. ARRECADAÇÃO DOS BENS DE AUSENTES	104
1. Desaparecimento de alguém. 2. Pressupostos da arrecadação.	

CAPÍTULO V

Ação para alienação ou gravação de bens dotais

§ 12. PRECISÕES	109
1. Bens dotais. 2. Responsabilidade pela alienação e pela gravação. 3. Bens dotais, venda e oneração.	
§ 13. PROCEDIMENTO.....	111
1. Legitimação ativa. 2. Autorização judicial. 3. Natureza das ações.	

CAPÍTULO VI

Ação de habilitação para casamento

§ 14. PRELIMINARES.....	113
1. Habilitação, ato preparatório do casamento. 2. Natureza da ação. 3. Casamento religioso.	
§ 15. HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO CIVIL	115
1. Habilitação para o casamento civil. 2. Certidão de idade ou prova equivalente. 3. Declaração do estado, do domicílio e da residência atual dos contraentes e de seus pais, se forem conhecidos. 4. Assentimento das pessoas sob cuja dependência estiverem, ou ato judicial, que o supra. 5. Declaração de duas testemunhas. 6. Prova da inexistência de casamento anterior. 7. Residência alhures. 8. Prova de sanidade. 9. Justificações requeridas 10. Ministério Público.	

CAPÍTULO VII

Ações para pagamento das dívidas da herança

§ 16. ESPÉCIES DE AÇÕES.....	123
1. Solução de dívidas passivas. 2. Dívidas líquidas e dívidas ilíquidas.	

§ 17. SEPARAÇÃO DE BENS INVENTARIADOS 125

1. Separação de bens para solução de dívidas passivas. 2. Tempo em que se há de pedir a separação. 3. Natureza da decisão. 4. Habilitação e vias comuns. 5. Recurso da decisão que defere o pedido. 6. Diferentes despesas. 7. Petição de separação. 8. Audiência dos interessados. 9. Bens que se podem separar. 10. Bens separáveis e ordem dêles. 11. Destino dos bens separados. 12. Êrro de terminologia. 13. Adjudicação e dação em soluto. 14. Execução da sentença. 15. Honorários de advogado. 16. Fôrças da herança e dívidas. 17. Falta de impugnação. 18. Têrmo de acôrdo e inventário negativo.

§ 18. RESERVA DE BENS 134

1. Reserva de bens, em que se distingue da separação. 2. Insuficiência da impugnação da dívida documentada.

CAPÍTULO VIII

Ação de justificação para prova em processo

§ 19. CONCEITO 139

1. Pretensão a provar e pretensão a assegurar prova. 2. Natureza da justificação para prova em processo. 3. Morte e justificação.

§ 20. PROCEDIMENTO 143

1. Legitimação processual ativa e petição. 2. Ato ou relação jurídica. 3. Acessoriedade da ação. 4. Natureza da sentença que julga a justificação. 5. Elementos probatórios. 6. Contestação das testemunhas e reinquirição. 7. Sentença. 8. Irrecorribilidade. 9. Justificações em superior instância. 10. Parte interessada.

CAPÍTULO IX

Ação de apresentação e cumprimento de testamento

§ 21. AÇÃO DE APRESENTAÇÃO DO TESTAMENTO 149

1. Conceito da ação de apresentação. 2. Natureza.

§ 22. AÇÃO PARA CUMPRIMENTO DO TESTAMENTO	151
1. Natureza. 2. Série de atos do testamenteiro.	

CAPÍTULO X

Ações de nomeação de inventariante

§ 23. NOMEAÇÃO DE INVENTARIANTE.....	157
1. Definição de inventariante. 2. Pretensão à inventariança. 3. Cônjuges e inventariança. 4. Herdeiro na posse e administração da herança. 5. Herdeiro mais idôneo. 6. Testamenteiro. 7. Inventariante previsto em lei e inventariante dativo. 8. Legitimação à inventariança, feita abstração do interesse. 9. Recurso. 10. Impugnação da nomeação de inventariante. 11. Legitimação ativa para a impugnação. 12. Prazo para impugnar. 13. Abertura de inventário e termo de inventariança.	

§ 24. DESTITUIÇÃO E REMOÇÃO DE INVENTARIANTE.....	180
1. Remoção de inventariante. 2. Causas de remoção. 3. Desaprovação e falta de prestação de contas.	

CAPÍTULO XI

Ação de sonegados

§ 25. CONCEITO E NATUREZA DA SONEGAÇÃO.....	187
1. Conceito. 2. Regras jurídicas explícitas. 3. Cônjuge sobrevivente e sonegação. 4. Distribuição de bens em vida do decujo. 5. Partilha em vida. 6. Herdeiros do sonegador. 7. Herdeiro e inventariante. 8. Dualidade de penas.	
§ 26. PROCEDIMENTO JUDICIAL	193
1. Ação de sonegação e requerimento de inclusão de bens. 2. Eficácia da sentença proferida na ação de sonegação. 3. Cônjuge meeiro ou com parte em algum bem comum. 4. Tributos e sonegação.	

§ 27. RESTITUIÇÃO E PRESTAÇÃO DO VALOR 197

1. Restituição “in natura”. 2. Indenização.

§ 28. TEMPO PARA A ARGÜIÇÃO 199

1. Herdeiro e inventariante. 2. Momento inicial para a argüição.

CAPÍTULO XII

Ações relativas às fundações

§ 29. CONCEITO DE FUNDAÇÃO 203

1. Fundação. 2. Estrutura jurídica da fundação. 3. Fiscalização das fundações.

§ 30. ESTATUTOS DAS FUNDAÇÕES 207

1. Estatutos da fundação. 2. Apresentação dos estatutos pelo ministério público. 3. Elaboração extrajudicial dos estatutos. 4. Cominação e apresentação 5. Aprovação dos estatutos. 6. Legitimação ativa. 7. Audiência do ministério público. 8. Natureza da decisão do juiz.

§ 31. FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES 209

1. Fiscalização das fundações. 2. Bens das fundações.

§ 32. EXTINÇÃO DAS FUNDAÇÕES 211

1. Nocividade, ilicitude, expiração do prazo de existência. 2. Provocação. 3. Juízo competente.

§ 33. NATUREZA DAS AÇÕES 213

1. Ações de organização de fundação. 2. Ações de fiscalização da fundação. 3. Ações de extinção da fundação. 4. Ações de reajustamento ou de modificação da organização.

CAPÍTULO XIII

Ação de protesto de título cambiário
ou cambiariforme

§ 34. CONCEITO DE PROTESTO DE TÍTULOS.....	217
1. Protesto de títulos cambiários e cambiariformes. 2. Pressupostos do protesto.	
§ 35. PROTESTO.....	223
1. Intimação do protesto. 2. Publicação. 3. Dúvidas no oficial. 4. Decisão favorável e decisão desfavorável, recurso.	

CAPÍTULO XIV

Ações integrativas dos testamentos

§ 36. CONCEITO E SURGIMENTO.....	227
1. Conceito. 2. Dados históricos.	
§ 37. NATUREZA DA AÇÃO.....	228
1. Precisões. 2. Questões eventuais.	

CAPÍTULO XV

Ações arrecadativas

§ 38. ARRECADAÇÃO	231
1. Conceitos. 2. Precisões.	
§ 39. AÇÃO DE ACHADA DE COISA PERDIDA.....	234
1. Perda de bens móveis. 2. Coisas esquecidas e coisas perdidas. 3. Dados históricos. 4. Perda de coisa no sentido estrito. 5. Achada e elementos do suporte fático. 6. Pluralidade de donos e achadores. 7. Achador, o que é.	

§ 40. ENTREGA DO ACHADO À AUTORIDADE PÚBLICA E PROCEDIMENTO EDITAL	243
1. Entrega à autoridade pública. 2. Edital. 3. Achado em estabelecimentos públicos ou em transportes coletivos. 4. Relações jurídicas entre achador e dono da coisa. 5. Responsabilidade do achador. 6. Direitos do achador.	
§ 41. ENTREGA DA COISA.....	247
1. Dever de entrega. 2. Ladrão e entrega. 3. Quem faz entrega ao perdente da coisa.	
§ 42. RECOMPENSA AO ACHADOR.....	249
1. Conceito e história do achadigo. 2. Derrelicção da coisa achada.	
§ 43. AQUISIÇÃO PELO ESTADO OU PELO ACHADOR.....	252
1. Destino da coisa achada. 2. Explicações.	
§ 44. DECISÕES DO JUIZ.....	253
1. Decisões quanto à venda e quanto ao preço da coisa. 2. Decisões quanto à entrega ao dono ou possuidor legítimo. 3. Carga de eficácia da sentença de entrega. 4. Decisão de adjudicação.	
§ 45. COMPARAÇÃO ENTRE AS ESPÉCIES.....	254
1. Traços comuns. 2. Traços diferenciais.	
§ 46. AÇÕES RELATIVAS À HERANÇA VACANTE	255
1. Ação de arrecadação da herança vacante. 2. Ação constitutiva da curadoria. 3. Ação de devolução à fazenda pública.	

CAPÍTULO XVI

Ações para construção e conservação de paredes divisórias

§ 47. VIZINHANÇA E CONSTRUÇÃO	259
1. Pretensão a usar parede divisória. 2. Pretensão a ir até meia espessura do terreno contíguo. 3. Pretensão a adquirir a meada no tapume do vizinho. 4. Presunção de ser comum o tapume e deveres dos vizinhos.	
§ 48. FUNDAMENTOS DAS AÇÕES	263
1. Pressupostos objetivos. 2. Natureza da sentença. 3. Contestação das afirmações do autor e natureza da ação. 4. Trânsito em julgado. 5. Resistência da parede.	

CAPÍTULO XVII

Ação de venda, locação e administração da coisa comum

§ 49. PRECISÕES CONCEPTUAIS	269
1. Ações quanto a coisa comum. 2. Natureza das ações do comuneiro.	
§ 50. PROCEDIMENTO JUDICIAL	272
1. Administração, venda ou aluguer da coisa comum. 2. Indivisibilidade e inadequabilidade ao destino. 3. Citação e prazo legal comum. 4. Curso ordinário. 5. Venda da coisa comum. 6. Maioria absoluta, valor dos quinhões. 7. Natureza da sentença. 8. Manifestação de vontade dos comuneiros.	
§ 51. ADMINISTRAÇÃO DO BEM COMUM	278
1. Votações. 2. Escolha do administrador. 3. Ação de imissão de posse. 4. Natureza da sentença, 5. Dúvida quanto ao valor dos quinhões ou de algum deles. 6. Procedimento que se há de seguir. 7. Comuneiros e estranhos, preferência.	

CAPÍTULO XVIII

Ação de Registo Torrens

§ 52. DADOS HISTÓRICOS E OBJETO	283
1. Histórico. 2. Objeto do instituto.	
§ 53. PROCEDIMENTO.....	285
1. Petição. 2. Contestação. 3. Eficácia das sentenças.	

CAPÍTULO XIX

Ação de especialização da hipoteca legal

§ 54. CONCEITO E PRESSUPOSTOS	289
1. Hipotecas legais e especialização. 2. Ações exercidas pelos titulares da pretensão.	
§ 55. PROCEDIMENTO.....	292
1. Legitimação processual ativa. 2. Documento em que se funda a especialização. 3. Arbitramento. 4. Valor preestabelecido da responsabilidade 5. Atos de constrição judicial. 6. Regra jurídica de cômputo. 7. Falta de arbitramento e nulidade processual. 8. Citação da outra parte. 9. Audiência dos interessados. 10. Alegações do impugnante. 11. Individualização do imóvel. 12. Sentença. 13. Natureza da ação e da sentença. 14. Margem ao procedimento inquisitivo. 15. Instrumento da especialização. 16. Especialização negocial, 17. Eficácia contra terceiros.	

CAPÍTULO XX

Ação de eleição, ou de nomeação, e ação de destituição ou dispensa de cabecel de bens enfitêuticos

§ 56. CONCEITOS E PRECISÕES	299
1. Enfiteuse e seu papel histórico. 2. Cabecel. 3. Situação jurídica antes de ser feita a escolha. 4. Eleição do cabecel e século xx.	

§ 57. PROCEDIMENTO JUDICIAL	302
1. Comunhão enfitêutica. 2. Contumácia dos foreiros 3. Não-aceitação da pessoa proposta e nova proposta. 4. Custas. natureza da sentença. 5. Custas. não-eleição. 6. Pedido de nova eleição. 7. Inventariante cabecel. 8. Nomeação do cabecel pelo senhorio. 9. Forma da nomeação do cabecel pelo senhorio. 10. Destituição do cabecel.	

CAPÍTULO XXI

Ação de renovação de contrato de locação

§ 58. SUPORTE FÁCTICO E CONCEITO	305
1. Pretensão à renovação, inconfundível com a pretensão à prorrogação do contrato de locação. 2. Pressupostos do tempo de exploração. 3. Legitimação ativa. 4. Preclusão do prazo.	

§ 59. PROCEDIMENTO JUDICIAL	309
1. Pressupostos do tempo. 2. Espécies em que o demandado não contesta. 3. Diferença assaz relevante. 4. Natureza da sentença.	

CAPÍTULO XXII

Ação de remição de direito real de garantia

§ 60. REMIÇÃO DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA	313
1. Conceito de remição. 2. Legitimados à remição.	
§ 61. AÇÃO DE REMIÇÃO DO IMÓVEL HIPOTECADO.....	318
1. Conceito de remição. 2. Remição do imóvel hipotecado. 3. Natureza das ações de remição do imóvel.	
§ 62. LEGITIMAÇÃO ATIVA	320
1. Demandantes. 2. Pretensão a remir. 3. Pretensão a sub-rogar-se.	

§ 63. PROCEDIMENTO NA AÇÃO DE REMIÇÃO OU DE SUB-ROGAÇÃO	322
1. Petição. 2. Atitudes que o adquirente do imóvel pode assumir. 3. Se há mais de um adquirente. 4. Credor que não se opõe e credor que não comparece. 5. Revelia e consignação da quantia proposta. 6. Devedor e remição do imóvel. 7. Impugnação do preço pelo credor. 8. “Licitação”. 9. Valor proposto pelo adquirente.	
§ 64. SUB-ROGAÇÃO PESSOAL LEGAL	325
1. Sub-rogação legal. 2. Eficácia “de iure”. 3. Quando é desnecessária a ação. 4. Adquirente e relação jurídica entre o alienante e o credor com direito hipotecário. 5. “Ius offerendi et succedendi”. 6. Legitimação ativa. 7. Sub-rogação hipotecária. 8. Pedido de remição. 9. Citação e contestação. 10. Devedor, não-comparência ou não-remição da hipoteca. 11. Desinteresseamento do credor. 12. Litisconsórcio passivo; silêncio. 13. “Ius solvendi et liberandi”. 14. Remição pelo devedor e depósito. 15. Hipoteca, do primeiro credor; remição. 16. Citação do devedor. 17. Cônjuge, descendentes ou ascendentes. 18. Ação e pré-exclusão das praças.	
§ 65. REMIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL	333
1. Precisosões. 2. Remição e sub-rogação da hipoteca legal. 3. Sub-rogação real, com remição conseqüente.	
§ 66. FALÊNCIA OU INSOLVÊNCIA E REMIÇÃO	334
1. Processo comum da arrematação e remição. 2. Falência e remição. 3. Insolvência e remição.	
§ 67. ARREMATAÇÃO E REMIÇÃO	336
1. Situação do titular do direito de hipoteca, em caso de ter de ser pôsto em hasta pública o bem hipotecado. 2. Notificação e falta de notificação. 3. Concurso de credores. 4. Inscrição posterior à penhora. 5. Remição e dispensa da avaliação. 6. Cônjuge, descendentes e ascendentes.	

CAPÍTULO XXIII

Ações de protesto, notificação e interpelação

§ 68. GENERALIDADES.....	345
1. Medidas conservativas. 2. Diferentes conceitos (citação, notificação, intimação, protesto e interpelação). 3. Pressupostos de direito material.	
§ 69. CONCEITOS	349
1. Protesto. 2. Notificação. 3. Interpelação.	
§ 70. PROTESTO.....	352
1. Manifestações de vontade pelo protesto. 2. Comunicação de vontade. 3. Fórmula geral. 4. Integração de forma. 5. Razões para indeferimento do pedido. 6. Cognição limitada e ato de cooperação judicial. 7. Impedimento psicológico. 8. Diferentes decisões, recursos respectivos. 9. Inadmissibilidade de contra-protesto. 10. Impulso implícito no protesto, comparação com a notificação e a interpelação. 11. Exaustão da função julgadora.	
§ 71. NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES JUDICIAIS	361
1. Processo das notificações. 2. Processo das interpelações.	

CAPÍTULO XXIV

Ações de preempção ou preferência e ações de opção

§ 72. CONCEITOS	365
1. Direitos de preferência; nascimento. 2. Direitos de preferência e direitos de opção. 3. Pactos de preferência. 4. Direito de preferência.	
§ 73. CONSTRUÇÃO NEGOCIAL DO CONDOMÍNIO E PREFERÊNCIA.....	370
1. Vontade dos sujeitos. 2. Direito de preferência de origem negocial. 3. Interpretação do negócio jurídico. 4. Direito de pre-	

ferência de fonte legal. 5. Indivisibilidade natural e jurídica. 6. Comuneiro com direito de preferência. 7. Comuneiro ciente e comuneiro não ciente. 8. Aluguer. 9. Direito de preferência e direito de opção.

§ 74. AÇÃO E DIREITO DE PREFERÊNCIA 378

1. Ação do dono do bem em caso de cláusula de preempção ou preferência. 2. Espécies e ações.

§ 75. PROCESSO DAS AÇÕES 381

1. Notificação “sine clausula”. 2. Ações proponíveis. 3. Direitos formativos. 4. Petição. 5. Titular do direito formativo. 6. Efe-
tivação da venda.

CAPÍTULO XXV

Ações de autorização de venda, de aluguer e de gravação

§ 76. CONCEITO E NATUREZA..... 387

1. Precisoões quanto a sub-rogação e autorização de venda, de
locação e de gravação. 2. Converter e sub-rogar.

§ 77. ESPÉCIES 388

1. Exame das espécies. 2. Eficácia sentencial.

CAPÍTULO XXVI

Ação de venda judicial

§ 78. PRECISÃO DO CONCEITO DE VENDAS JUDICIAIS 389

1. Vendas judiciais por lei ou necessidade objetiva. 2. Ação de
nulidade ou anulação de testamento e venda judicial.

§ 79. PROCEDIMENTO..... 391

1. Constrição judicial para venda. 2. Venda judicial, noutras es-
pécies que as previstas. 3. Decisão de ofício quanto à venda
judicial. 4. Avaliação como pressuposto necessário. 5. Lanço

igual ou superior ao valor estimativo. 6. Interessados e venda particular. 7. Alvará. 8. Sub-rogação real. 9. Espécies apontadas. 10. Comunhão hereditária, 11. Condomínio. 12. Bens pertencentes a incapazes. 13. Adjudicação. 14. Eficácia da sentença favorável.

CAPÍTULO XXVII

Ação de recuperação ou amortização de título ao portador

- § 80. CONCEITOS E PRESSUPOSTOS 401
1. Títulos ao portador. 2. Ação de recuperação do título ao portador. 3. Conhecimentos de transporte por terra, água e ar.
- § 81. AÇÃO DE AMORTIZAÇÃO..... 408
1. Título ao portador de direito comum. 2. Direito cambiário e cambiariforme. 3. Amortização, em caso de perda e destruição. 4. Pessoas injustamente desapossadas. 5. Pretensão a não serem pagos a outrem capital e interesses. 6. Petição inicial. 7. Individualização do título. 8. Tempo e lugar da aquisição e recebimento dos últimos interesses. 9. Notificação para que não se paguem interesses. 10. Notificação para que não haja negociação dos títulos. 11. Réu ou réus.
- § 82. PROCEDIMENTO..... 412
1. Justificação inicial do pedido. 2. Possuidor ou tenedor desconhecido ou incerto, lugar ignorado ou inacessível. 3. Citação do possuidor ou tenedor. 4. Terceiro que compareceu. 5. Terceiro que se apresenta sem título e terceiro que se apresenta com título. 6. Rito ordinário. 7. Contestação ou contestações. 8. Possuidor ou tenedor com título e possuidor ou tenedor sem título. 9. Pluralidade de objeto. 10. Leilão público ou bôlsa. 11. ¿Heterotopia da regra jurídica sôbre título comprado em leilão público ou bôlsa? 12. Depósito da quantia apurada. 13. Início da instância. 14. Morte no título. 15. Eficácia constitutiva negativa e positiva da sentença. 16. Não-cumprimento do mandado pelo subscritor ou emissor. 17. Natureza da sentença na ação de amortização. 18. Título da dívida pública ao portador.

CAPÍTULO XXVIII

Ação para nova cédula por direito do portador

- § 83. NOVAS CÉDULAS AOS PORTADORES 421
1. Duplicatas ou exemplares a mais. 2. Sistema jurídico brasileiro. 3. Técnica legislativa.
- § 84. PRESSUPOSTOS PARA EXSURGIMENTO DA AÇÃO 422
1. Pressupostos para a substituição. 2. Substituição. 3. Bilhetes de loteria. 4. Cheques postais.

CAPÍTULO XXIX

Ação de nova cédula por destruição de título

- § 85. DESTRUIÇÃO COMPLETA DOS TÍTULOS AO PORTADOR.. 427
1. Posição do problema. 2. Destruição completa e inexistência.
- § 86. PRETENSÃO, AÇÃO E EXERCÍCIO DA AÇÃO 429
1. O problema e as atitudes da doutrina. 2. Exercício da pretensão a haver outra cédula. 3. Apólices da dívida pública. 4. Cheques postais. 5. Títulos ao portador sem dizeres. 6. Terceiro e oposição a pagamento.

CAPÍTULO XXX

Ações de tomada de dinheiro a risco e de venda de mercadorias de bordo

- § 87. CONCEITO 437
1. Dinheiro a risco. 2. Pretensão do capitão. 3. Prova das soldadas pagas. 4. Prova da falta de fundos. 5. Prova do pressuposto de estar ausente o proprietário, presentante, representante, ou consignatário.

§ 88. JUSTIFICAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS E DECISÃO.....	438
1. Competência judicial. 2. Eficácia da decisão. 3. Natureza da sentença.	

CAPÍTULO XXXI

Ação de abertura de concurso de credores, inclusive falencial

§ 89. CONCEITO	441
1. Direito concursal. 2. Natureza do concurso de credores civil. 3. Insolvência civil.	
§ 90. FIGURA EVENTUAL, POSSÍVEL, DO LIQUIDANTE.....	442
1. Concurso de credores civil. 2. Síndico da falência.	
§ 91. EFICÁCIA DA SENTENÇA QUE ADMITE O CONCURSO DE CREDITORES.....	444
1. Eficácia da decisão decretativa do concurso de credores em relação às ações antes propostas. 2. Teorias a respeito da natureza e da eficácia da abertura do concurso de credores.	
§ 92. EFICÁCIA DE ATOS DO DEVEDOR E PATRIMÔNIO.....	446
1. Patrimônio e ineficácia relativa. 2. Concurso de credores civil.	
§ 93. CONCURSO DE CREDITORES E PODER DE DISPOSIÇÃO.....	447
1. Execução forçada subjetivamente singular e execução forçada coletiva. 2. Poder de disposição processualmente limitado. 3. Teoria subjetiva da perda do poder de dispor. 4. Teoria objetiva da perda do poder de dispor. 5. Posição processual do síndico no concurso de credores falencial. 6. Posição processual do liquidante nas liquidações coativas. 7. Eventual figura do liquidante no concurso de credores civil.	

§ 94. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DE FALÊNCIA E DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA	451
1. Concurso de credores especial. 2. Comerciantes. 3. Falência e execução forçada coletiva. 4. Procedimentos falenciais.	
§ 95. DECRETAÇÃO DE ABERTURA DA FALÊNCIA.....	457
1. Natureza da ação e da sentença de decretação da abertura da falência. 2. Vantagem da precisão.	
§ 96. PRESSUPOSTOS DO PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE ABERTURA DE FALÊNCIA	459
1. Legitimação ativa. 2. Credores com direito real de garantia.	
§ 97. LEGITIMAÇÃO PASSIVA	460
1. Legitimação passiva, na decretação de abertura de falência. 2. Comerciante. 3. Herança e falência. 4. Menores relativamente incapazes. 5. Mulher casada. 6. Interditos. <i>Os interditos</i> . 7. Nascituro. 8. Atividade comercial dos proibidos de comerciar. 9. Sociedades por ações. 10. Sócios solidária e ilimitadamente responsáveis. 11. Diretores de sociedades por ações e gerentes de sociedades por quotas, de responsabilidade limitada.	
§ 98. COMPETÊNCIA	474
1. Princípio geral. 2. Liquidação coativa e administração contro- lada. 3. Pessoas com domicílio incerto. 4. Prevenção de juris- dição. 5. Falência de empresa com sede do principal estabele- cimento no estrangeiro. 6. Considerações finais.	
§ 99. SENTENÇA DE DECRETAÇÃO DE ABERTURA DA FALÊNCIA	480
1. Natureza das sentenças que decretam abertura de concurso de credores. 2. Requisitos da sentença de decretação de falência. 3. Eficácia sentencial. 4. Pluralidade de expedientes divulga- tivos. 5. Função e responsabilidade do escrivão. 6. Proteção recursal do devedor.	

§ 100. EFICÁCIA EM GERAL DA SENTENÇA DE DECRETAÇÃO DE ABERTURA DA FALÊNCIA.....	487
1. Princípios fundamentais. 2. Crítica e classificação da sentença. 3. Carga de eficácia.	
§ 101. CAPACIDADE PROCESSUAL DO FALIDO.....	492
1. Conceito. 2. Incapazes processualmente. 3. Falido	
§ 102. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA	494
1. Terminação da liquidação e julgamento das contas do síndico. 2. Suspensão e encerramento do processo da falência. 3. En- cerramento por sentença. 4. Prazo para o encerramento.	

CAPÍTULO XXXII

Ações de concordata

§ 103. CONCEITO E ORIGEM DAS CONCORDATAS	497
1. Direito antigo. 2. Pacto de solver com menos. 3. Origem do instituto da concordata. 4. Ordenações Afonsinas. 5. Suspen- sividade e preventividade. 6. Análise de decisões. 7. Eficácia da concordata.	
§ 104. POLÍTICA LEGISLATIVA E CONCORDATA	511
1. Dados do problema. 2. Soluções. 3. Evitamento, intervalo ou encerramento.	
§ 105. CONCORDATAS CONCURSAIS E FALENCIAIS.....	512
1. Direito comercial e direito não-comercial. 2. Eficácia vincu- lativa. 3. Liquidações administrativas e concordatas. 4. Crise e concordatas.	
§ 106. NATUREZA DA CONCORDATA	515
1. Dados do problema. 2. Distinções com função de direito pro- cessual e de direito material. 3. Promessa do devedor. 4. Con- cepção do direito falencial brasileiro. 5. Críticas das teorias e	

das soluções legislativas. 6. Direito brasileiro e precisão conceptual. 7. Natureza da sentença de deferimento.

§ 107. PRETENSÃO À CONCORDATA	528
1. Transformações da dilatação do tempo quanto às dívidas. 2. Concordata preventiva. 3. Concordata suspensiva. 4. Concordata diminutiva, concordata dilatatória e concordata mista.	
§ 108. TEMPO E PRETENSÃO	532
1. Preclusão do prazo para pedido de concordata. 2. Processo da concordata.	
§ 109. EXERCÍCIO DA PRETENSÃO A CONCORDATA	533
1. Início do exercício da pretensão à concordata. 2. Competência judicial. 3. Petição na ação de concordata.	
§ 110. TEMPO PARA SE PEDIR A DECRETAÇÃO DA CONCORDATA	535
1. Concordata preventiva. 2. Concordata suspensiva temporânea. 3. Concordata suspensiva extemporânea.	
§ 111. DESPACHO INICIAL	538
1. Eficácia do despacho inicial. 2. Concordata preventiva. 3. Concordata suspensiva. 3. Declaração de conhecimento do estado de insolvabilidade.	
§ 112. SENTENÇA CONCERNENTE À CONCORDATA	540
1. Posição do problema. 2. Eficácia das decisões nas concordatas.	
§ 113. CONCEITO E NATUREZA DE CONCORDATA PREVENTIVA	542
1. Preventividade e pressupostos da concordata preventiva. 2. Mundo jurídico e concordata preventiva.	

§ 114. NATUREZA DA CONCORDATA PREVENTIVA.....	544
1. Mudança de natureza. 2. Direito brasileiro. 3. Referência histórica. 4. Direito brasileiro de hoje. 5. Credores sujeitos à exigência da declaração de crédito.	
§ 115. NATUREZA DA SENTENÇA QUE DECRETA A CONCORDATA PREVENTIVA	548
1. Fôrça sentencial. 2. Concordatas extrafalenciais.	
§ 116. EXERCÍCIO DA PRETENSÃO À CONCORDATA PREVENTIVA	550
1. Titular da pretensão à concordata. 2. Eficácia da sentença que decreta concordata preventiva. 3. Processo da concordata preventiva. 4. Execução voluntária e procedimento constitutivo. 5. Estrutura do procedimento da concordata preventiva. 6. Autor da ação de concordata preventiva. 7. Poder do juiz.	
§ 117. EFICÁCIA DA CONCORDATA PREVENTIVA	556
1. Efeitos pré-concordatícios. 2. Pedido de concordata preventiva e pedido de decretação de falência. 3. Sociedade concordatária e sócios solidários ou não. 4. Vencimento de todos os créditos concordatícios. 5. Ações contra o devedor. 6. Credores com direito real de garantia e credores privilegiados. 7. Prescrição e preclusão. 8. Conseqüências do início da ação com despacho de “non plena cognitio”. 9. Velamento. 10. Eficácia do cumprimento da concordata preventiva. 11. Pagamento dos credores concordatícios. 12. Credores e cumprimento da concordata preventiva. 13. Garantias de cumprimento da concordata.	
§ 118. DECISÕES SÔBRE OS CRÉDITOS E SUA EFICÁCIA	564
1. Natureza das decisões. 2. Carga de eficácia.	

§ 119. CONCEITO E NATUREZA DA CONCORDATA SUSPENSIVA.....	566
1. Conceito. 2. Natureza da concordata suspensiva. 3. Dilatoriedade e extintividade parcial (diminutividade). 4. Preventividade e suspensividade.	
§ 120. PRETENSÃO À CONCORDATA SUSPENSIVA	569
1. Titular da pretensão à concordata suspensiva. 2. Precisosões. 3. Execução voluntária, e não execução forçada. 4. Autor da ação de concordata suspensiva.	
§ 121. PEDIDO DE DECRETAÇÃO DA CONCORDATA SUSPENSIVA.....	571
1. Petição. 2. Garantias fidejussórias e garantias reais. 3. Despacho de processamento. 4. Embargos à concordata suspensiva.	
§ 122. DECRETAÇÃO DA CONCORDATA	573
1. Juízo falencial e concordata suspensiva. 2. Poder do juiz.	
§ 123. EFICÁCIA DA CONCORDATA SUSPENSIVA.....	574
1. Efeitos pré-concordatícios. 2. Continuação do procedimento falencial, apenas suspenso.	
§ 124. ENTREGA DOS BENS.	575
1. Eficácia sentencial. 2. Falência de sociedade e concordata. 3. Limitação ao poder de dispor.	
§ 125. TEMPO PÓS-SENTENCIAL.....	577
1. Sentença de decretação de concordata suspensiva. 2. Credores com garantia real e credores com privilégio especial. 3. Credores da massa e credores com privilégio geral. 4. Credores retardatários. 5. Desistência.	

§ 126. SENTENÇA DE CUMPRIMENTO DA CONCORDATA SUSPENSIVA.....	579
1. Natureza da sentença que julga cumprida a concordata sus- pensiva. 2. Comparação com a sentença que julga cumprida a concordata preventiva. 3. Possível cumprimento fora do prazo.	
§ 127. RESOLUÇÃO DA CONCORDATA SUSPENSIVA.....	580
1. Conceitos. 2. Resolução pedida e resolução “ipso iure”.	
CAPÍTULO XXXIII	
Ação de sub-rogação de bens	
§ 128. CONCEITO, NATUREZA E EFICÁCIA	581
1. Conceito e natureza. 2. Eficácia.	
§ 129. CONSTRUÇÕES “DE LEGE FERENDA”	582
1. Exames das construções. 2. Dados históricos.	
CAPÍTULO XXXIV	
Homologação de sentença estrangeira	
§ 130. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	585
1. Sentença estrangeira e homologação. 2. Ação de homologação de sentença estrangeira. 3. homologação de sentença estran- geira e rescisão de sentença.	
§ 131. IMPRESCINDIBILIDADE DA HOMOLOGAÇÃO	611
1. Execução de sentenças estrangeiras. 2. Qualificação das deci- sões estrangeiras. 3. Dados históricos. 4. Audiência das partes. 5. Procurador-geral da república.	
§ 132. JULGADO ESTRANGEIRO, EM CASO DE FALÊNCIA	616
1. Falência de comerciante brasileiro, domiciliado no Brasil. 2. Alcance da regra jurídica. 3. Direito concursal internacio- nal. 4. Dispensa de homologação. 5. Concordatas.	

§ 133. PRESSUPOSTOS DA HOMOLOGAÇÃO.....	622
<p>1. Regras de direito interestatal. 2. Direito das gentes. 3. Regras jurídicas processuais. 4. Forma da sentença estrangeira. 5. Competência do juiz estrangeiro. 6. Citação e revelia. 7. Coisa julgada formal. 8. Autenticação da sentença. 9. Tradução. 10. Sentenças. 11. Transcrição da sentença no registo de títulos e documentos. 12. Apreciação judicial de ofício quanto aos pressupostos.</p>	
§ 134. PRÉ-EXCLUSÃO DA HOMOLOGAÇÃO	630
<p>1. Produção internacional de eficácia. 2. Regras jurídicas de ordem pública e ofensa aos bons costumes. 3. Precisoões sôbre o conceito de ordem pública. 4. Ordem pública e justiça interestatal. 5. Bons costumes. 6. Soberania nacional. 7. Fraude à lei e simulação. 8. Erros De Conceituação.</p>	
§ 135. PROCEDIMENTO NA AÇÃO HOMOLOGATÓRIA	653
<p>1. Processo de homologação de sentença estrangeira. 2. Pedido de homologação e prazo para apresentação de resposta impugnativa. 3. Prazo para impugnação e prazo para contestá-la. 4. Procurador-Geral da República. 5. Carta de sentença homologatória. 6. Requisição de homologação, por via diplomática. 7. Não-comparência e incapacidade. 8. Sentença desfavorável e sentença favorável. 9. Processo de execução. 10. Interpretação da sentença estrangeira. 11. Natureza das sentenças homologadas. 12. Sentença de homologação.</p>	

CAPÍTULO XXXV
Cartas rogatórias

§ 136. CONCEITO E DADOS HISTÓRICOS	667
<p>1. Conceito de carta rogatória. 2. Natureza da rogação. 3. Dados históricos. 4. Pressupostos de fundo e de forma.</p>	
§ 137. PROCEDIMENTO DA ROGAÇÃO.....	672
<p>1. Competência e distribuição supraestatal. 2. Pressupostos formais das cartas rogatórias. 3. Eficácia do exequátur. 4. Itinerário das cartas rogatórias.</p>	

CAPÍTULO XXXVI

Ação de restauração de autos

§ 138. CONCEITO	679
1. Autos e restaurabilidade. 2. Autos extraviados ou destruídos. 3. Ação de reforma ou restauração de autos. 4. Autos suplementares. 5. Aparição dos autos antigos.	
§ 139. PROCEDIMENTO	685
1. Petição inicial. 2. Elementos documentais. 3. “Status causae”. 4. Citação. 5. Negação pelo réu. 6. Contestação parcial, efeito da negação. 7. Reprodução de provas. 8. Depoimentos dos que serviram no processo. 9. Cópia da sentença. 10. Espécies em que tinha havido recurso.	
§ 140. RESTAURAÇÃO DE AUTOS, NA SUPERIOR INSTÂNCIA ...	690
1. Competência judicial se os autos se achavam em superior instância. 2. Funções distintas dos juízes. 3. Nulidade não-cominada. 4. Responsabilidade pelo extravio ou destruição. 5. Natureza da sentença e recurso. 6. Prosseguimento do processo. 7. Aparição dos autos originais. 8. Desaparição dos autos do recurso. 9. Livros de tabeliães, oficiais de registo, escrivães e outros.	